

Aprovo.

O Reitor,

(Luís Manuel dos Anjos Ferreira)

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO URGENTE 2500000017_CF_01MUL2025

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ÍNDICE

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

ARTIGO 1.º - Objeto de contratação

ARTIGO 2.º - Entidade Adjudicante

ARTIGO 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

ARTIGO 4.º - Fundamento da escolha do procedimento

ARTIGO 5.º - Disponibilização das peças do procedimento

CAPÍTULO II - Apresentação de Proposta e habilitação

ARTIGO 6.º - Preço Base

ARTIGO 7.º - Documentos que constituem a proposta

ARTIGO 8.º - Idioma dos documentos da proposta

ARTIGO 9.º - Prazo e modo para a apresentação da proposta

ARTIGO 10.º - Preço anormalmente baixo

ARTIGO 11.º - Propostas variantes

ARTIGO 12.º - Prazo da obrigação de manutenção de propostas

ARTIGO 13.º - Documentos de Habilitação

ARTIGO 14.º - Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

ARTIGO 15.º - Critério de Adjudicação

ARTIGO 16.º - Caução

CAPÍTULO III - Disposições finais

ARTIGO 17.º - Celebração do Contrato

ARTIGO 18.º - Falsidade de documentos e de declarações

ARTIGO 19.º - Legislação aplicável

CAPÍTULO I**Disposições Gerais****ARTIGO 1.º****Objeto de contratação**

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de bilheteira, vigilância e apoio técnico a exposições do Museu Nacional de História Natural e da Ciência e Jardins Botânicos da ULisboa;
2. A contratação tem a necessidade fundamentada no facto da Universidade de Lisboa, no âmbito das suas competências de promoção e gestão do património cultural e educativo, reconhecer a necessidade premente de assegurar a prestação de serviços especializados de bilheteira, vigilância e apoio técnico destinados ao Museu Nacional de História Natural e da Ciência, bem como aos Jardins Botânicos. A relevância histórica e patrimonial destes espaços, conjuntamente com o volume e a especificidade das atividades neles desenvolvidas, exigem uma atenção contínua e altamente especializada, que ultrapassa as capacidades de resposta interna da Universidade.

A externalização destes serviços justifica-se pela complexidade e particularidade das funções envolvidas, que compreendem, nomeadamente, a proteção de bens culturais de elevado valor, a gestão dos fluxos de visitantes e a manutenção de rigorosos padrões de segurança. Estes serviços são essenciais não apenas para assegurar a preservação do património cultural, mas também para garantir a qualidade da experiência dos visitantes, fatores indispensáveis à missão pública da Universidade. Atendendo a que o contrato atualmente em vigor para a prestação dos referidos serviços cessou a sua vigência a 31 de dezembro de 2024, foi lançado, no decorrer de 2024, um procedimento pré-contratual para assegurar a continuidade ininterrupta destes serviços. Contudo, o lote correspondente ao conjunto de serviços necessários ficou deserto devido à insuficiência do preço base fixado no procedimento. Tal situação inviabilizou a celebração do contrato pretendido, colocando em risco a operacionalidade e segurança do Museu Nacional de História Natural e da Ciência e dos Jardins Botânicos.

Face à urgência e inadiabilidade da prestação destes serviços, essenciais à proteção do património cultural de importância nacional e à continuidade das atividades destes espaços, revela-se necessário

o recurso ao concurso público urgente, nos termos do artigo 155.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). Esta disposição permite a redução dos prazos mínimos de apresentação de propostas e de adjudicação, desde que devidamente fundamentada a urgência da situação, garantindo, simultaneamente, o respeito pelos princípios da concorrência e da transparência.

A salvaguarda da operacionalidade destes espaços exige que a celebração do contrato seja garantida a partir da data da sua assinatura, de forma a evitar quaisquer interrupções que possam comprometer o normal funcionamento do Museu Nacional de História Natural e da Ciência e dos Jardins Botânicos, património cultural de reconhecida importância nacional.

3. O presente procedimento corresponde ao código 92000000-1, Serviços recreativos, culturais e desportivos, para os Contratos Públicos (CPV), conforme definido pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007.

ARTIGO 2.º

Entidade Adjudicante

Universidade de Lisboa sita na Alameda da Universidade, 1649-004 Lisboa, Telefone: 351 210 113 400, endereço de correio eletrónico geral.aca@reitoria.ulisboa.pt e outros contactos disponíveis <https://www.ulisboa.pt/info/contactos>.

ARTIGO 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Reitor da ULisboa no uso de competência própria.

ARTIGO 4.º

Fundamento da escolha do procedimento

1. O procedimento em apreço reveste carácter de urgente, legitimado pelo facto de que a utilização de um procedimento com os trâmites normais resultaria ineficaz ou revelar-se-ia inidónea para assegurar, em tempo oportuno, a continuidade dos serviços especializados de bilheteira, vigilância e apoio técnico destinados ao Museu Nacional de História Natural e da Ciência e aos Jardins Botânicos.

A urgência justifica-se pela necessidade de garantir que os referidos serviços se iniciem na data da sua assinatura, de forma a evitar interrupções que comprometam o normal funcionamento destes espaços culturais de reconhecida importância nacional. Este prazo apertado é consequência direta do facto de que o procedimento pré-contratual inicialmente tramitado para a aquisição destes serviços resultou infrutífero, com o lote correspondente a estes serviços declarado deserto, em virtude da insuficiência do preço base estabelecido. Tal circunstância inviabilizou a celebração do contrato pretendido, não obstante a diligência da Universidade de Lisboa na tentativa de assegurar, de forma antecipada, a prestação ininterrupta dos serviços em causa.

Face a esta situação, a utilização de um procedimento com os trâmites normais não permitiria assegurar a adjudicação e o início efetivo dos serviços no prazo necessário, colocando em risco a proteção do património cultural, a segurança dos espaços e a qualidade da experiência dos visitantes, elementos essenciais à missão pública da Universidade de Lisboa.

Nos termos do artigo 155.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), a tramitação de um procedimento pré-contratual com carácter urgente permite a redução dos prazos mínimos de apresentação de propostas e de adjudicação, garantindo, ainda assim, o respeito pelos princípios da concorrência e da transparência. Tal enquadramento legal assegura a adequação e eficácia da resposta a esta situação de necessidade urgente e inadiável, salvaguardando, assim, a operacionalidade e a segurança do Museu Nacional de História Natural e da Ciência e dos Jardins Botânicos.

Deste modo, torna-se imperativo o lançamento de um novo procedimento de concurso público urgente, em conformidade com o quadro legal aplicável, para assegurar a continuidade da prestação destes serviços essenciais.

2. O procedimento será adotado por Concurso Público Urgente, nos termos do artigo 155.º do CCP, aprovado pelo Decreto-lei 18/2008 de 29 de janeiro.

ARTIGO 5.º

Disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento são constituídas, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 40º do CCP, pelo anúncio, o programa de concurso e pelo caderno de encargos, bem como as demais documentações que dele façam parte integrante.

2. As peças do procedimento estão disponíveis, a contar da data de envio para publicação no Diário da República, para consulta ou importação gratuitas, na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, disponível no seguinte endereço eletrónico: <https://www.acingov.pt>
3. As peças do procedimento estarão disponíveis para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo fixado para a apresentação de propostas

CAPÍTULO II

Apresentação de Proposta e habilitação

ARTIGO 6.º

Preço Base

1. O valor global para a presente aquisição de serviços é de 198.000,00€ (cento e noventa e oito mil euros), sendo o valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e limita o preço contratual.

ARTIGO 7.º

Documentos que constituem a proposta

1. Conforme disposto no art.57.º CCP, a proposta a apresentar deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 57.º do CCP, emitida conforme modelo constante do Anexo I.
 - Declaração de honra de cumprimento do artigo 419.º-A do CCP.
 - Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - a. Preenchimento do Anexo A ao programa de concurso com indicação do preço unitário/hora, que incluirá todas as despesas e encargos previstos e deve ser indicado com apenas duas casas decimais, para os lotes 1 e 2.
- Os preços constantes da proposta devem ser apresentados em euros e com o máximo de 2 (duas) casas decimais, indicados em algarismos e por extenso, e não incluem o IVA. Quando

os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

2. Podem também integrar a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP, de acordo com os quais se propõe contratar.
3. Todos os documentos são obrigatoriamente assinados individualmente pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP, com recurso à assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. Quando não seja possível, através do certificado digital qualificado, determinar a qualidade e os poderes de assinatura do membro da pessoa coletiva ou do assinante indicado no certificado, deve o concorrente apresentar, juntamente com os documentos submetidos, um documento oficial que ateste o poder de representação e assinatura, designadamente, a Certidão de Registo Comercial no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva ou Certidão Permanente ou uma procuração devidamente reconhecida por autoridade competente.

ARTIGO 8.º

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do CCP, ou no caso de tal não ser possível, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

ARTIGO 9.º

Prazo e modo para a apresentação da proposta

As propostas devem ser apresentadas via plataforma eletrónica ACINGOV até às 23h59m do 2.º dia a contar da data de publicação do DRE e da respetiva disponibilização das peças do procedimento na plataforma.

ARTIGO 10.º**Preço anormalmente baixo**

Não é definido nenhum preço anormalmente baixo.

ARTIGO 11.º**Propostas variantes**

Não são admitidas propostas variantes.

ARTIGO 12.º**Prazo da obrigação de manutenção de propostas**

Nos termos do disposto no artigo 159.º do CCP, as propostas mantêm-se obrigatoriamente até 10 dias úteis após o termo do prazo para a sua apresentação.

ARTIGO 13.º**Documentos de Habilitação**

1. O adjudicatário obriga-se a apresentar no prazo de cinco dias úteis, a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no art.º 81.º do CCP:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;
 - b) Certidão Permanente da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa;
 - c) Comprovativo da inscrição no RCBE;
 - d) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º:
 - Certificados dos Registos Criminais dos titulares dos órgãos de administração, da direção ou da gerência;
 - Certificado do Registo Criminal da empresa;
 - e) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea d) do n.º 1 do art.º 55.º:
 - Certidão comprovativa da situação contributiva perante a Segurança Social;

f) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea e) do n.º 1 do art.º 55:

- Certidão comprovativa da regularização da situação tributária.

2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou em língua estrangeira, desde que o adjudicatário os faça acompanhar de tradução devidamente legalizada.

ARTIGO 14.º

Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 2 dias após a notificação da adjudicação.
2. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP deve ocorrer no prazo de 2 dias.

ARTIGO 15.º

Critério de Adjudicação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, nomeadamente, através da modalidade monofator, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A proposta considerada economicamente mais vantajosa, será aquela que apresentar o mais baixo preço.
3. Em caso de empate, deverá aplicar-se o seguinte critério:
 - Sorteio a realizar na presença dos elementos do júri efetivos e dos concorrentes cujas propostas se encontrem em situação de empate, do qual será lavrada ata.

ARTIGO 16.º**Caução**

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP o adjudicatário está dispensado da prestação de caução

CAPÍTULO III**Disposições finais****ARTIGO 17.º****Celebração do Contrato**

1. Haverá lugar à celebração de contrato escrito nos termos do artigo 94.º do CCP.
2. A outorga do contrato, nos termos da alínea b) do n.º 3 do art.º 104.º, pode ser realizada por recurso a assinatura por meios eletrónicos, não podendo neste caso o prazo para a outorga e envio do contrato ser inferior a 3 (três) dias úteis.

ARTIGO 18.º**Falsidade de documentos e de declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

ARTIGO 19.º**Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto nas peças do procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Anexo A ao Programa do Procedimento

Declaração de Proposta e Responsabilidade

Serviços de bilheteira, vigilância e apoio técnico a exposições do Museu Nacional de História Natural e da Ciência e Jardins Botânicos da ULisboa.

..... (1), titular do Cartão de Cidadão n.º... (2), residente na (3), na qualidade de representante legal de.....(4), com o número de identificação fiscal (5) e sede em ...(6), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência de procedimento para a “Aquisição de Serviços de bilheteira, vigilância e apoio técnico a exposições do Museu Nacional de História Natural e da Ciência e Jardins Botânicos da ULisboa” declara, sob compromisso de honra e, para os devidos efeitos, que a sua representada ...(7) se obriga a executar o referido contrato, em conformidade com o conteúdo do Caderno de Encargos, procedendo à afetação de pessoal que cumpra os vários tipos funções de serviços a prestar no âmbito do contrato a celebrar, bem como afetar equipas que sejam dotadas de características que permitam alcançar a boa execução do contrato em cumprimento com as exigências legais em vigor. Mais declara que, detém pleno conhecimento e cumprirá com os requisitos exigidos assim como adotará as melhores práticas, procedimentos e metodologias para a melhoria do serviço a prestar.

O preço hora unitário proposto é de (8) euros, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor. Mais se declara, que tem perfeito conhecimento que o preço unitário/hora, irá resultar no número de horas máximo a contratualizar, e que este resulta do cálculo de:

“Preço total da Proposta” euros / (8) = (9) arredondado por defeito à unidade. O número obtido de número de horas a contratualizar não obriga a ULisboa para efeitos de consumo obrigatório, extinguindo-se o contrato nas condições indicadas no caderno de encargos. (data) (assinatura)

Instruções de preenchimento

- (1) Nome completo do representante legal do concorrente
- (2) Indicar o n.º de Cartão de Cidadão do representante legal do concorrente
- (3) Indicar a morada de residência do representante legal do concorrente
- (4) Identificação do concorrente
- (5) Indicar o NIF do concorrente
- (6) Identificação da sede da empresa concorrente
- (7) Identificação do concorrente
- (8) Preço unitário hora proposto pelo concorrente
- (9) Nº de horas a contratualizar